

Pedro Grossi reúne a nata da classe médica em jantar em homenagem ao Dr. Colafranceschi

Há 20 anos, o fundador da Amil, o inesquecível médico Edson Godoy Bueno, já apostava que o jovem Alexandre Siciliano Colafranceschi seria um dos maiores e melhores profissionais do mundo na sua especialização. Passadas apenas duas décadas, a previsão do visionário Godoy foi concretizada e o jovem Dr. Alexandre, integrante da Academia Nacional de Medicina, é, hoje, um dos mais respeitadas cirurgiões cardíacos das Américas.

Pedro Grossi e Lucinha abriram sua residência, na Gávea, nesta terça, 18, para uma homenagem a Colafranceschi, reunindo, em um jantar, mais de 80 personalidades da vida carioca, entre elas 30 médicos que integram a Academia Nacional de Medicina. Siciliano esteve acompanhado de sua esposa, a psiquiatra Úrsula.

Defensor de que ainda há muito o que explorar no mundo tecnológico para os procedimentos médicos, o conceituado cirurgião cardíaco permanece seis meses no Brasil e outros seis, nos Estados Unidos. E seu futuro já está sendo exemplo para as próximas gerações... seus dois filhos também vieram ao Brasil para concluírem a faculdade de medicina. Um jantar entre amigos que teve a benção especial do Reitor da PUC-Rio, padre Anderson Pedrosa e os mais renomados médicos do país.



Os casais Úrsula e Alexandre Siciliano (d); Lúcia e Pedro Grossi (e), anfitriões da noite



Da esquerda para direita as amigas Dulce Pugliese, Patrícia Lacerda, Márcia Peltier e Úrsula Siciliano



O anfitrião Pedro Grossi (d) ao lado do homenageado Alexandre Siciliano Colafranceschi (e)



O evento reuniu cerca de 30 integrantes da Academia Nacional de Medicina



Dr. Paulo Niemeyer; Dr. João Mansur; Cláudio Pereira; Dr. Jacob Kligerman; e Dr. Ricardo Periard, diretor do Pró Cardíaco e Samamaritano de Botafogo



Durante a benção ao banquete, o Padre Anderson Pedrosa, reitor da PUC-Rio



Marcelo Morales; Alexandre Siciliano; Margareth Dalcolmo; José Galvão; e Cesar Eduardo Fernandes, presidente da Associação Brasileira de Medicina



A anfitriã da noite, Lúcia Grossi, com o médico Jair de Castro



Os professores Arno von Ristow; Maurício Magalhães; e Cláudio Benchimol



O presidente da Associação Brasileira de Medicina, César Eduardo com o infectologista Dr. Celso Ramos



O presidente da Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro, Fábio Queiroz (à esquerda), e o diretor da Base Eventos, Jerônimo Vargas (à direita), apresentaram as novidades da Super Rio Expo Food ao presidente da Câmara dos Vereadores, Carlo Caiado, e à vereadora Rosa Fernandes, lideranças políticas do Rio de Janeiro. O evento acontece até esta quinta (20), no Riocentro.

PINGA-FOGO

TIMERMAN CONDENADO - Fim de uma era de perseguição digital no mundo do mercado financeiro. Vladimir Timerman, dono da ESH Capital, foi condenado a um ano, 10 meses e 15 dias de reclusão, pela 12ª Vara Criminal de São Paulo, por perseguição e ameaça contra o empresário Nelson Tanure. Segundo a sentença, Tanure teve ameaçadas "a sua integridade psicológica, invadindo e perturbando sua esfera de privacidade".

A Juíza Eva Lobo Chaib Dias Jorge ressaltou ainda, em sua sentença, que "o próprio réu afirmou utilizar sua conta no Twitter para pressionar, constranger, atemorizar e causar efeito manada no mercado, com criminosa repercussão na vida das pessoas". Continua a decisão: "Nos termos do artigo 44 e §2º do Código Penal, substituo a pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, devendo o condenado, no período da condenação, prestar serviços gratuitos em entidades beneficentes, na frequência de 08 (oito) horas semanais. Em caso de descumprimento da pena restritiva imposta, o condenado deverá iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime aberto, com as condições do artigo 115, da LEP".

Em nota, a defesa do empresário Nelson Tanure afirmou que "encaminhará cópia de decisão para a CVM, para adoção das medidas cabíveis pela autarquia, e buscará igualmente no Poder Judiciário o ressarcimento do prejuízo multimilionário que a criminosa perseguição praticada pelo senhor VLADIMIR JOELSAS TIMERMAN causou na operação de aquisição do controle da ALLIAR, atualmente conhecida como ALLIANÇA SAÚDE E PARTICIPAÇÕES S/A".

EXEMPLO A SER SEGUIDO - O secretário estadual de Defesa Civil, Gutemberg Fonseca, ficou encantado com os resultados positivos da blitz que realizou na terça, 18, no Pão de Açúcar. Depois da reabertura do Cristo, eles seguiram do Corcovado para a Urca de surpresa. O operador só não recebeu nota máxima porque foram achados dois pequenos pontos, um deles, o tamanho da placa que sinaliza o Posto de Saúde. Lá tudo estava funcionando. Já o operador do Trem do Corcovado, Sávio Neves, está inconformado com a atuação do Procon-RJ e vem usando grupos de WhatsApp, entre eles o do Conselho Estadual de Turismo, para considerar "midiática" a ação do estado. Em tempo: Neves foi secretário de Turismo do primeiro governo de Cláudio Castro. Na terça, a ambulância, que antes não existia, atendeu um turista dinamarquês que passou mal na subida do parque. Ação midiática?

LAMBANÇA NA CBAT - No mesmo dia em que a revista VEJA publicou matéria intitulada "A denúncia contra atual gestão da Confederação Brasileira de Atletismo", uma chapa de oposição impedida de participar das eleições da CBAt ajuizou ação contra a entidade, alegando que a comissão eleitoral, integrada por Guilherme Kurtz, Magnólia Figueiredo e Oswaldo Fernandes Neto teria agido para favorecer a chapa do atual presidente, Walmir Leandro Motta Campos, candidato à reeleição. Segundo consta do processo, a CBAt estaria adotando uma "artimanha venezuelana", excluindo opositores da disputa uma semana antes da eleição. Até o fechamento desta edição ainda não havia decisão judicial.

SEGUNDO DIA DE CAPACITAÇÃO - Com o objetivo de capacitar gestores públicos para uma administração mais eficiente, transparente e em conformidade com as boas práticas de governança, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) realizou, nesta quarta (19), o segundo dia do evento "Início de Mandato - Orientações aos Gestores". O encontro reuniu presidentes do Poder Legislativo municipal, secretários e gestores dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Fernando Molica

Isenção de imposto permite que governo delimite um campo

Depois de alguns tiros n'água, o governo acertou ao comunicar à sociedade que quer eliminar imposto de renda para quem recebe até R\$ 5 mil e ainda reduzir sua incidência para os que têm salários que chegam a R\$ 7 mil.

O uso do verbo "comunicar" na frase anterior é proposital — o fenômeno da comunicação é muito mais amplo que a simples divulgação de informações, representa uma sinalização ampla para a sociedade.

Mais do que anunciar uma medida, o governo demarcou um campo, linha que procura diferenciá-lo das teses defendidas por setores mais conservadores, em especial, pela extrema direita. Resgatou a imagem de defesa dos mais pobres que acompanhava o PT desde seu nascimento e que acabou suplan-

tada pela associação do partido a casos de corrupção.

O projeto joga um problema nas costas da oposição. Para viabilizar o alívio à classe média, vai ser preciso tirar um pouco de quem tem muito mais dinheiro e que paga menos impostos. Desta vez, não vai dar para fazer um jogo típico de qualquer opositorista, o de aumentar o tamanho do benesse sem se preocupar com sua viabilidade.

Para aprovar a proposta, deputados e senadores vão ter que violar um dos princípios básicos da sociedade brasileira e fazer algo que por aqui ainda é impensável: tirar algum dinheiro dos mais ricos e entregá-lo para mais pobres.

O projeto é modesto ao estabelecer alíquota de a partir de 2,5% para quem embolsa mais de R\$ 600 mil por ano, R\$

50 mil por mês. A mordida máxima será de 10%, incidente sobre a renda dos que faturam mais de R\$ 1,2 milhão anualmente, RS 100 mil mensais.

A bondade tributária que beneficia quem recebe mais é simples de ser explicada. Assalariados não têm como correr do leão, já que tem as pernas amarradas no contracheque, o desconto do imposto de renda é na fonte. Quem é dono de empresas — mesmo daquelas cartoriais — pode optar por receber a maior parte de seu dinheiro como dividendos, isentos, hoje, de IR.

A carga tributária, mesmo para empresas, é pesada entre nós, mas é preciso diferenciar o imposto das pessoas jurídicas daqueles pagos por seus donos, pessoas físicas. E estes são muito beneficiados pela legislação. Empresas pagam

pró-labore para seus donos, uma espécie de salário, o problema é que a tabela do IR incide sobre esses ganhos. Para escapar disso, o pró-labore costuma ser baixo, o grosso entra via dividendos, tudo dentro da lei.

Desta vez, a oposição não vai poder falar em "Taxad", o apelido que procura grudar no ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sempre em busca de mais arrecadação. Afinal, a mão que vai cobrar impostos de quem ganha mais — 141,4 mil contribuintes, segundo o governo — é a mesma que vai aliviar o bolso de dez milhões de brasileiros.

Vozes importantes do Congresso tentam escapar do dilema, falam que controlar e diminuir gastos estatais é tão importante quanto aliviar a classe média. Sem dúvida. O problema é que

parlamentares não pensam nisso na hora de enfiar suas emendas no orçamento e de aprovar incentivos fiscais para muitos setores, prática esta que faz com que todos banquemos isenções concedidas a aos privilegiados de sempre.

A mudança no imposto de renda é apenas um primeiro passo para corrigir uma injustiça assentada, principalmente, nos tributos sobre consumo. Em qualquer país minimamente decente, o foco da arrecadação está na renda — cobra-se mais de quem ganha mais.

O Brasil, além de ferrar mais de quem ganha menos, dissolve impostos no consumo, uma injustiça pesada, que, de maneira sutil, iguala os tributos de ricos e pobres — todos, pagam a mesma taxa na hora de comprar qualquer produto ou serviço.